



## Visconde do Rio Branco

José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, político e hábil diplomata monarquista brasileiro nascido em Salvador, BA, em 1819, foi presidente do Conselho de Ministros, no reinado de Pedro II, no mais longo e mais importante ministério do regime monárquico (1871-1875). Filho de uma família de rico comerciante e proprietário português que ficou completamente arruinado, por ter apoiado e financiado o exército português quando das lutas decorrentes da Proclamação da Independência, quando ele tinha apenas 3 anos de idade. Aos 16 anos foi para a cidade do Rio de Janeiro, entrou na Academia de Marinha (1835), mas logo se transferiu para a Escola Militar, onde se formaria em engenharia militar (1845). Foi professor de matemática (1840-1844) e tornou-se redator do jornal Novo Tempo (1844). Doutor em Ciências Matemáticas da primeira turma de doutores da E.M. (1846), foi professor substituto na Academia da Marinha (1845) e de balística na Escola Militar do RJ (1846-1848). Tornou-se professor catedrático na Escola Militar do Rio de Janeiro, em Artilharia e Fortificações Permanentes (1849-1854), Mecânica Racional e Aplicações e de Cálculo Diferencial e Integral e da Mecânica (1855-1862). Depois foi professor catedrático na Escola Central em Economia Política, Estatística e Direito Administrativo (1863-1875). Paralelamente às suas atividades como professor, desenvolveu uma intensa atividade política, iniciada (1844) quando ainda nem concluíra o curso da Escola Militar, escrevendo artigos políticos nos jornais do Rio de Janeiro. No ano seguinte (1845) elegeu-se deputado estadual e aos 27 anos, chegava a vice-governador do estado. Depois se elegeu deputado-geral da província do Rio de Janeiro, pelo Partido Liberal. Acompanhou o Marquês do Paraná em missão diplomática no Prata (1851), e ganhou prestígio como diplomata, ao conseguir um acordo fronteiriço com o Uruguai que pôs fim à longa pendência sobre as fronteiras (1853). Assumiu a pasta da Marinha (1854) e acumulou também a dos Negócios Estrangeiros (1855), no gabinete do Visconde de Abaeté. Assinou com o Paraguai um tratado que abriu o rio Paraguai à navegação para a província de Mato Grosso (1856), retardando o início da guerra. Aderindo ao Partido Conservador, foi eleito deputado pela província de Sergipe (1861) e senador vitalício (1862) por Mato Grosso. Nomeado conselheiro de estado, assinou (1864) em Buenos Aires e Montevideu, a declaração de guerra contra o Paraguai. Ministro dos Estrangeiros (1868) no gabinete Itaboraí, foi enviado em nova missão ao rio da Prata e assinou o acordo que firmou a paz com o Paraguai (1870), pelo que recebeu o título de **visconde do Rio Branco**. Com a queda do gabinete do Marquês de São Vicente, foi designado para compor um gabinete e assumiu a chefia do poder executivo (1871-1875). Na presidência desse gabinete, realizou a reforma

judiciária, instituiu a fiança provisória, ampliou o habeas corpus, **apresentou e fez aprovar a Lei do Ventre Livre**, promoveu o primeiro recenseamento do Brasil, regulou o registro civil, além da inauguração do cabo submarino e melhoramentos urbanos na cidade do Rio de Janeiro. Sua mais importante obra educacional foi criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1874), na qual foi diretor (1875-1877). Essa escola de engenharia nunca parou de crescer e tornou-se um dos principais centros de engenharia do país. Após várias mudanças de nome, orientação e sede, ela constitui hoje a Escola de Engenharia da UFRJ. Pai do famoso diplomata Barão do Rio Branco (1845-1912) **era grão-mestre da maçonaria quando morreu no Rio de Janeiro em 1880**. Entre suas várias obras sobre temas políticos e diplomáticos, a mais importante foi o Projeto do código criminal militar (1864).